



Reunião do Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP

14 de julho de 2021

Diálogos sobre Sistemas Alimentares

Sustentáveis na CPLP

– RESULTADOS PROVISÓRIOS –

1. Introdução

1.1. Justificação e processo de preparação para a Cimeira sobre os Sistemas Alimentares 2021

Em outubro de 2019, no Dia Mundial da Alimentação, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, convocou uma Cimeira sobre os Sistemas Alimentares para 2021, no âmbito da iniciativa Década de Ação que visa concretizar a Agenda 2030 e, assim, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até à data prevista.

A Cimeira deverá ter lugar paralelamente à 76.ª Assembleia Geral da ONU (14-30 de setembro de 2021) e será precedida de uma Pré-cimeira de três dias, organizada pela Itália, de 26 a 28 de julho de 2021, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma.

Os Estados-Membros da ONU foram incentivados a organizar diálogos nacionais sobre sistemas alimentares. Na maioria dos Estados-Membros da CPLP, estes Diálogos desenvolveram-se no âmbito da arquitetura institucional para a governança do sistema alimentar, estabelecida na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), nomeadamente, no seio dos seus Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Nalguns países realizaram-se processos de consultas nacionais descentralizadas sendo a súmula dessas contribuições posteriormente sistematizada e validada pelos Conselhos Nacionais de SAN.¹

De salientar que as recomendações da CPLP não se dividem pelas cinco linhas de ação² previstas para os diálogos nacionais. Por três razões, que em seguida se explicitam.

¹ Exceto Guiné Equatorial e Angola que não possuem Conselho em funcionamento. Em Angola, os participantes no primeiro diálogo nacional serão previsivelmente participantes no futuro Conselho. Portugal possui um Conselho Nacional de SAN mas não foi possível efetivar uma reunião.

² Garantir o acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos; Promover a mudança para padrões de consumo sustentáveis; Aumentar a produção positiva para natureza; Promover meios de subsistência equitativos; Criar resiliência a vulnerabilidades, choques e estresse.

Em primeiro lugar, porque as áreas chave não são estanques e o processo de preparação em curso visa harmonizar as propostas de diferentes áreas.

Em segundo lugar, porque procura-se identificar neste processo grandes temas que permitam a conformação de “coligações de países” ou seja, temas resultantes dessa harmonização.

Em terceiro lugar porque as propostas da CPLP para a Cimeira resultam de todas as contribuições nacionais para a Cimeira, e das propostas para o Plano de Atividades e Declaração da III Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP. Resultam, portanto, da harmonização entre as contribuições dos vários atores dos países e entre os vários Estados-Membros.

Este processo foi validado na III Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), em Luanda, a 15 de julho de 2021, e na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada no dia 17 de julho também em Luanda, Angola.

2. Principais conclusões e recomendações da CPLP

2.1) Abordagem territorial e governança para a transformação de Sistemas Alimentares

Os Estados-Membro da CPLP reconhecem que não estamos a progredir na redução da fome e da desnutrição em todas as suas formas, por diversas razões que recomendam a transformação dos sistemas alimentares. Existem, contudo, vários caminhos que constroem resiliência e/ou superam as razões desta situação e ajudam a transformar os sistemas alimentares.

Qualquer caminho requer uma governança adequada, uma abordagem multidisciplinar e conjuntos coerentes de políticas e investimentos complementares, determinados no quadro das instituições públicas criadas para esse efeito, com a participação de todos os atores relevantes.

Por essa razão, uma questão prioritária para uma transformação do sistema alimentar, para maior coerência nas ações, é o reforço de uma arquitetura de governança do sistema alimentar nos seus diferentes níveis territoriais, envolvendo os seus subsistemas, nomeadamente, o agroalimentar, ambiental, saúde, proteção social, entre outros, nos diferentes níveis de decisão política e operativa (local, nacional, regional e global).

Este é o caso da arquitetura coerente para governança do sistema alimentar implementada no quadro da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Nesse sentido, os Estados-Membros da CPLP:

- Recomendam uma abordagem territorial para a governança do sistema alimentar nas políticas nacionais, programas e projetos relacionados com as cinco linhas de ação para a Cimeira, nomeadamente: i) garantir o acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos; ii) mudar para padrões de consumo sustentáveis; iii) impulsionar a produção positiva para a natureza; iv) promover meios de subsistência equitativos e criar resiliência a vulnerabilidades, choques e stress;
- Salientam a importância de uma arquitetura multinível para governança do Sistema Alimentar centrado na existência do Comité Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas (CFS) e plataformas supranacionais, nacionais e locais, articuladas no quadro dos processos de descentralização em curso na maioria dos países. Esta arquitetura inclusiva, multinível e multi-atores, atingindo diferentes níveis espaciais, atores e espaços, poderá ajudar a reforçar a coordenação, coerência e alinhamento das políticas e programas visando a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, construindo, igualmente, confiança e segurança por meio de soluções mais inclusivas;
- Neste contexto os Estados-Membros irão realizar ações de construção e fortalecimento de capacidades sobre abordagens territoriais para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes destinadas a quadros dos Ministérios da Agricultura e de outros Ministérios, assim como para os parceiros e participantes dos seus Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e

Nutricional, ou estruturas equivalentes, e reforçar os meios humanos e financeiros afetos a essas estruturas;

- Os Estados-Membros irão igualmente promover o maior envolvimento do poder local na construção de políticas e alimentação local e mecanismos de governança do sistema alimentar, tendo em consideração o relevante papel das cidades e as novas relações entre as áreas urbanas e rurais;

2.2) Adoção de medidas ativas de estímulo da produção sustentável e consumo alimentar nacionais e redução do consumo de produtos alimentares com impacto negativo na situação nutricional da população

Os Estados-Membros da CPLP não têm sido imunes à tendência global de crescente dissociação entre os hábitos alimentares da população, cada vez mais dependentes das cadeias globalizadas de alimentos, e a produção local, contribuindo para a alteração do perfil nutricional e de saúde das suas populações com o aumento do excesso de peso e obesidade, diabetes e outras doenças crónicas ligadas à alimentação. Nesse sentido os Estados-Membros:

- Recomendam o reforço de ações para o fortalecimento da agricultura familiar nacional, incluindo legislação específica, cadastros nacionais de produtores e medidas para sua discriminação positiva no acesso a recursos financeiros e mercados públicos. No quadro da CPLP, tais ações irão reforçar os compromissos da Comunidade celebrados na Carta de Lisboa, nas Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros, Declaração dos Direitos dos/as Camponeses/as e outras pessoas que vivem em Zonas Rurais (2018) e compromissos assumidos na Década da Agricultura Familiar;
- Recomendam a adoção de medidas de política fiscal que visem a redução do consumo de alimentos ultraprocessados com impacto negativo sobre a saúde e o financiamento de ações de educação alimentar e nutricional. A adoção destas políticas tem como objetivos finais a redução dos custos em saúde suportados pelos Estados, decorrentes do aumento da prevalência de doenças relacionadas com a alimentação inadequada, o fomento da produção interna de alimentos de

qualidade e a melhoria das dietas dos grupos em situação de maior vulnerabilidade à malnutrição;

- Em cada contexto nacional onde se justifique, os Estados-Membros realizarão, também, estudos que forneçam recomendações legislativas aos governos nesta matéria;

2.3) Desenvolvimento de programas nacionais intersectoriais para promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e dietas saudáveis

Os Estados-Membros da CPLP reconhecem a natureza multidimensional em diferentes níveis (local- nacional- internacional) dos desafios que atualmente se colocam para a promoção de um sistema alimentar sustentável. Daqui a necessidade de se implementarem políticas e programas de natureza intersectorial ou mesmo multissectorial, envolvendo, de forma coordenada, as áreas da saúde, educação, agricultura, ambiente, economia, turismo, entre outras que se revelem necessárias, dado o carácter transversal da SAN, para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e dietas saudáveis.

Daqui também a necessidade de intervir em vários níveis territoriais para aumentar a eficácia e a eficiência das intervenções. Nesse sentido, e função das lições aprendidas com as iniciativas piloto desenvolvidas no âmbito da iniciativa de promoção de sistemas alimentares e dietas saudáveis da CPLP, recomendam:

- A construção de ações integradas envolvendo vários níveis territoriais visando o reforço da capacidades dos jovens e mulheres rurais para empreendedorismo em sistemas alimentares sustentáveis; o aumento da produção sustentável de alimentos; a redução do desperdício alimentar, a redução do risco, maior acesso e diversificação de mercados (urbanos, de qualidade, compras públicas) para os produtores de menor dimensão; o fortalecimento e descentralização da aquisição de alimentos dos programas nacionais de alimentação, saúde e nutrição escolar; a discriminação positiva nas compras públicas dos agricultores locais que promovam métodos sustentáveis e produzam alimentos de melhor qualidade nutricional; o reforço da investigação e inovação baseada no conhecimento tradicional e científico, o reforço da extensão rural aos

produtores, e o acesso destes a bens e serviços fundamentais incluindo terra, água, crédito, educação e saúde entre outros necessárias em cada contexto particular;

- Para esse efeito irão ampliar a sua iniciativa conjunta de promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis em todos os Estados-Membros, incluindo programas piloto visando o desenvolvimento integrado de ações de promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e dietas saudáveis, tendo em conta o seu contexto particular, e tendo em vista o contexto nacional mais amplo, contemplando, desde logo, os seus meios de financiamento. Estas ações permitirão melhorar a coordenação entre atores públicos, reforçar capacidades dos agricultores e conhecimentos dos consumidores gerando, também, lições aprendidas que poderão permitir a melhoria das políticas e programas discutidos no seio dos seus Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional ou estruturas equivalentes.

2.4) Promoção das paisagens alimentares tradicionais

Complementarmente ao ponto anterior, considera-se que não será possível fomentar a produção interna de alimentos de qualidade, preservar o imenso património de biodiversidade e cultura alimentar existente nos países, sem a preservação dinâmica da biodiversidade, a valorização dos produtos alimentares de cada país e a promoção da sua cultura alimentar. Nesse sentido recomendam;

- A maior coordenação dos instrumentos internacionais para proteção e preservação dinâmica do património alimentar da humanidade nomeadamente dos sistemas importantes do património agrícola mundial (SIPAM - FAO) e outros instrumentos em vigor, nomeadamente, Reservas da biosfera e património cultural e natural (UNESCO);
- Na medida em que os Estados-Membros da CPLP possuem um forte património ecológico e cultural comum, uma iniciativa de mapeamento e sistematização das “paisagens alimentares de cada país e da CPLP”, conjugada com a criação de uma rede digital para valorização deste

património, será implementada pelos Estados-Membros da CPLP em parceria com redes e instituições de referência internacionais;

2.5) Seguimento

- Tendo em consideração o processo de preparação para a Cimeira sobre Sistemas Alimentares, os diálogos nacionais realizados na CPLP e noutros países e regiões, os Estados-Membros apoiarão o estabelecimento de uma Coligação Internacional para promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e participarão ativamente da Pré-Cimeira e Cimeira, incluindo eventos paralelos para partilha de experiências visibilidade global da ESAN-CPLP e seus mecanismos de governança.